

Em janeiro, as lavouras de algodão foram atacadas pela murcha, sem que fossem tomadas providências por parte da Secretaria da Agricultura. E, hoje, a lagarta rosada acaba de devastar o restante do algodão de humildes lavradores, na Alta Sorocabana e na Alta Paulista. Prevemos, para este ano, continue a falta de óleo comestível, porque, apesar de a safra de amendoim ser bastante promissora, não acreditamos que a safra de algodão seja suficiente para suprir o mercado consumidor de São Paulo.

Não aprovamos a ida da Comissão de Deputados ao Norte porque hoje o problema do óleo deve ser resolvido em São Paulo, pois temos terras suficientes para plantar amendoim para o nosso consumo e até para exportar. (Muito bem!)

Lembro ainda, desta tribuna, que anos atrás tínhamos excesso de óleo de algodão e de amendoim. E se hoje não o temos é por descuido do atual titular da Secretaria da Agricultura. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, o ex-governador Dr. Jânio da Silva Quadros, no ano da eleição, deu de presente um restaurante piloto, do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, a determinado município. Fez e presente e depois atendeu à lei. Mandou a esta Casa um pedido de autorização para aquela doação. Constituímos uma comissão, por força do Requerimento n.º 563-59, para "in loco" verificar como e o que havia sido dado, e fomos ao Instituto de Previdência. Não estou bem recordada, tanto tempo faz, de todos os nomes de ilustres deputados componentes daquela comissão.

Mas tenho certeza de que o deputado Jacob Zveinil, aqui presente, faz parte dessa comissão — digo faz parte, porque a comissão aí está, sou sua presidente. Recordo-me de que também o deputado Arruda Castanho faz parte da comissão, que foi instalada em 18 de junho de 1959. Em 3 de julho do mesmo ano, a comissão foi ao Instituto de Previdência, esteve com o Sr. presidente do Instituto e S. Exa. prometeu que remetaria o processo de doação à Assembléia. Em 27 de agosto, solicitamos ao Sr. Governador a remessa daquele processo, visto que o presidente do Instituto não o remetia à Assembléia. Em 15 de março de 1960, dava entrada nesta Casa o Sr. Governador informando que o processo se encontrava no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, no dia 31 de março deste ano, enviamos requerimento, já agora ao Tribunal de Contas, pedindo a remessa do mencionado processo a esta Assembléia.

A Assembléia está com uma comissão organizada, com finalidade específica e essa comissão deve desincumbir-se da delegação recebida do Plenário, mas não o consegue, porque o presidente do Instituto não mandou o processo para cá, o Tribunal de Contas não responde ao nosso requerimento e nos ficamos sem saber, isto é, o povo fica sem saber o que o Sr. Jânio Quadros dou e já fez entrega, àquele tempo, porque ouvi dizer que houve um bilhetinho ao presidente do Instituto dizendo isto: "Seu Fulano, mande o material urgentemente, porque irei à cidade em tal data e, em lá chegando, quero encontrar a doação". Primeiro fez a doação e depois pediu autorização à Assembléia.

Quero que V. Exa. providencie para que esta Casa seja atendida, isto é, que o povo de São Paulo tome conhecimento do encaminhamento do material que, em última análise, é patrimônio, é dinheiro do próprio povo.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, estou encaminhando à Mesa uma indicação ao Poder Executivo, para que, através da Diretoria da Cia. de Estradas de Ferro, seja imediatamente autorizado o loteamento do terreno pertencente àquela estrada e localizado no triângulo entre as Ruas Aurora e Elpidio Gomes, na cidade de Ribeirão Preto, a fim de que seja possibilitada a sua venda em lotes aos ferroviários dessa empresa.

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro possui um grande terreno localizado no triângulo, entre as Ruas Aurora e Elpidio Gomes, na cidade de Ribeirão Preto. Dito terreno, desocupado, não abrigando qualquer benfeitoria, foi reivindicado, ao tempo do Governo do Sr. Jânio Quadros, para ser loteado e vendido em prestações a ferroviários da mesma empresa. Para tanto, os interessados subscreveram explícito memorial, tendo sido, em decorrência, autorizado o referido loteamento. Em novembro de 1958, quando da visita a Ribeirão Preto do ex-presidente da Companhia, Dr. Renato Egídio de Souza Araújo, os ferroviários, por intermédio do deputado signatário desta indicação, solicitaram a efetivação do loteamento. Na oportunidade, o advogado da Companhia em Ribeirão Preto, declarou aos interessados estar de posse dos documentos necessários para esse fim, prometendo que em janeiro de 1959 daria solução ao caso. Entretanto, até esta data, decorrido mais de um ano, nenhuma providência foi tomada e os signatários continuam aguardando a prometida solução. Como se trata de uma reivindicação justa, cujo atendimento em nada prejudicará a Esta. ou aquela ferrovia, esta propositura tem a finalidade de revivê-la, no sentido de sua imediata execução pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

— (Assume a Presidência a Sra. Conceição da Costa Neves.) —

Sra. Presidente, Srs. deputados, o assunto que vou focalizar neste momento é de suma gravidade e está clamando por imediatas providências de nossas autoridades. Trata-se de uma denúncia que reputo dramática, feita pelo representante dos trabalhadores junto à Coap, onde se diz que o tabelamento do leite e dos produtos derivados vai obrigar os produtores a se negarem a fazer o fornecimento para a população desta Capital. E diz o representante dos trabalhadores naquele organismo, Sr. Lourival Fontal da Silva, que essa situação vai se agravar da maneira mais impiedosa, eis que os produtores de laticínios resolveram se dedicar à venda do gado, não mais se interessando pelo gado leiteiro, mas sim pelo de corte, que lhes traz maiores lucros. Portanto, daqui envio meu protesto, fazendo com que o governo do Estado intervenha, com urgência, para que a população de São Paulo não sofra neste momento as contingências dos gananciosos e açambarcadores, que, para auferir lucros, não vêem nada, resultando principalmente em prejuízo da criança e do doente de São Paulo.

Neste sentido, Sra. Presidente e Srs. deputados, faço este apelo certo de que a Assembléia Legislativa está também de acordo com a minha solicitação.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cel. Geraldo Martins.

O SR. CEL. GERALDO MARTINS (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, dois assuntos me trazem à tribuna. Primeiro, nos termos regimentais, a inserção, na ata de nossos trabalhos, de um voto de congratulações com a União Estadual dos Estudantes, pelo completo êxito alcançado na realização da 1.ª Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública, cujos trabalhos foram encerrados ontem.

A justificativa desse meu requerimento é a seguinte: (Lê)

"Promovida pela União Estadual dos Estudantes e tendo na Presidência de honra da sessão de encerramento o Dr. Júlio de Mesquita Filho, ilustre diretor do prestigioso órgão da nossa imprensa "O Estado de São Paulo", realizou-se ontem, nesta Capital, a 1.ª Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública, com o fim de incentivar neste Estado a campanha em favor da escola pública, para salvaguardá-la da ameaça representada pelo substitutivo ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação que, aprovado na Câmara Federal, tramita agora no Senado.

Coerente com a posição que sempre sustentamos de defensores intransigentes da manutenção da escola pública no sistema nacional de ensino, é com o mais vivo entusiasmo que registramos o completo êxito alcançado na realização desse importante certame, que marcou, com brilho excepcional, mais uma etapa na luta que vimos desenvolvendo em prol da democratização do ensino em nosso país.

Desejo, nesta oportunidade, manifestar minha inteira solidariedade às teses debatidas durante a convenção, as quais se encontram consubstanciadas nos doze itens que constituem a "Declaração de Princípios" adotada pelos eminentes convencionais, princípios esses que haverão de nortear o adiantamento deste movimento até que seja alcançada a vitória final, com a rejeição, pela Câmara alta, do aludido substitutivo. Com esse objetivo estaremos sempre atentos, empenhados em dar fiel cumprimento do mandato que nos foi confiado pelo generoso povo paulista."

O segundo assunto é o seguinte:

O jornal "O Estado de São Paulo", publicou em sua edição de ontem, na seção intitulada "Notas e Informações", um tópico sob o título: "Ações ao portador e desenvolvimento econômico", no qual são tecidas importantes considerações em torno do desenvolvimento econômico brasileiro e é formulada oportuna advertência ao Congresso Nacional, a propósito de medida ali em tramitação, que visa a extinção das ações ao portador. Tratando-se de assunto de inegável importância para o momento econômico em que vivemos, julgo conveniente a sua leitura, para que figure em nossos Anais como importante subsídio para a elucidação do assunto. Diz o referido artigo: (Lê) "Uma das distorções mais graves que a inflação vem provocando, em detrimento da economia nacional, é o interesse excessivo, desproporcionalmente grande, de todas as camadas da população pelo emprego de capitais em especulações imobiliárias. Por conseguinte, os recursos destinados ao incremento das atividades produtoras estão sendo desviados, em prejuízo do desenvolvimento econômico. Este fato repre-

senta por si mesmo um grave inconveniente, cujos efeitos estão sendo intensificados pelas crescentes necessidades financeiras do parque fabril, em constante expansão. Por via de regra, as empresas industriais são organizadas sob a forma de sociedades anônimas, verificando-se, por parte de muitas de suas diretorias, a disposição de democratizar o regime de propriedade, abandonando o sistema de "sociedades fechadas", em que um grupo restrito domina o estabelecimento. Esta tendência tem sua boa razão de ser. Decorre ela do imperativo da mobilização de maiores capitais para ampliar as instalações, aperfeiçoando-as ao mesmo tempo.

Por outras palavras: o impulso à democratização das sociedades anônimas é um postulado do próprio desenvolvimento econômico, que, por sua vez, exige a reestruturação do capitalismo em moldes britânicos, alemães norte-americanos, nos quais as grandes empresas industriais pertencem a dezenas de milhares de acionistas. Não é preciso dizer que constitui promissor progresso social a co-participação do povo — comerciantes, operários braçais, professores, lavadores, pensionistas — naquelas empresas. No Brasil, o empenho de muitos estabelecimentos em atrair capitais está sendo acompanhado do maior respeito aos interesses dos pequenos acionistas. Mas, o grande empecilho à consecução daquele objetivo, desejável do ponto de vista econômico e social é a inflação. Não é fácil convencer pessoas acostumadas a aplicar o seu pecúlio em imóveis, das vantagens que existem em adquirir títulos de sociedades anônimas. Mas, felizmente, o trabalho de catequização já está proporcionando os primeiros frutos, pois já há no Brasil numerosas empresas industriais com milhares de acionistas pertencentes à classe média. Serão ainda precisos, porém, muitos esforços até que se amplie e se aprofunde entre nós o hábito de empregar dinheiro em ações. Qualquer dúvida que se lance sobre a conveniência de se aplicarem poupanças individuais em títulos, pode destruir os resultados da campanha de esclarecimento, iniciada tanto por empresas individuais, como por companhias de investimentos. Se isso acontecer, os capitais serão novamente desviados para especulações imobiliárias.

Eis uma das razões que nos levam a advertir os membros do Congresso Nacional contra os perigos que significam os esforços tendentes a extinguir as ações ao portador. Se tal iniciativa tiver êxito, oficiar-se-á, imediatamente, uma crise de confiança em relação às ações das empresas industriais, provocando-se uma fuga nesta modalidade de aplicação de capitais, em benefício de setores que pouco contribuem para a expansão das atividades produtoras. Não há um só deputado ou senador que não tenha feito profissão de fé favorável à aceleração do desenvolvimento econômico do país. Por isso, não podemos acreditar que seja aprovado um projeto tão prejudicial à mobilização de recursos não-inflacionistas para o financiamento deste mesmo desenvolvimento".

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, estou encaminhando a S. Exa. o Sr. Presidente da República moção de apelo para que S. Exa. determine ao Ministério da Agricultura providências energéticas tendentes a fiscalizar as invernações pertencentes aos frigoríficos e a examinar as reservas de gado em pe mantidas para prover o mercado na entre-safra, face à lei federal vigente e bem assim para que determine ao mesmo Ministério o levantamento dos estoques de carne pertencentes aos frigoríficos e, assim, se possa prover a população nesse período que se avizinha. Sra. Presidente, esta justificativa eu a apresento em termos veementes, pois o assunto consubstancia, inegavelmente, o desejo que a população de São Paulo tem de se alimentar, esperando, por isso, o fornecimento de carne a baixos preços. Sabemos, Sra. Presidente que o interesse dos frigoríficos estrangeiros consiste em deixar a população intranquila quanto às suas possibilidades de consumo de carne. O interesse dos frigoríficos estrangeiros, internacionais, consiste em deixar a descoberto o problema do abastecimento, para patrocinarem o quanto possível, a alta dos preços dessa utilidade. E, quanto manobram, os governos, via de regra cruzam os braços, motivo pelo qual, com antecedência de 60 a 90 dias estamos agitando o problema, para que, amanhã, não digam que esta Casa não alertou o poder público federal e não alertou os governos do Estado e do Município.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini.

O SR. GUSTAVO MARTINI — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, o problema da aquisição da casa própria é um dos mais argutantes dentre aqueles que afligem as classes menos favorecidas. A sua solução é um pouco alimentado anos a fio pelos chefes de família, que buscam separar um pouco do pouco que recebem mensalmente para formar o pecúlio indispensável à compra de um terreno ou, quando já o possuem para o começo da construção de sua casa própria.

O poder público não se tem mostrado alheio ao assunto conforme demonstra a atividade desenvolvida por autarquias federais e estaduais, sobretudo pelas Caixas Econômicas Federais e Estaduais e pelo Instituto de Previdência do Estado, que têm financiado a aquisição ou a construção da casa própria para milhares de cidadãos.

Merece, por isso, os maiores louvores a ação das autoridades responsáveis por essas entidades públicas pelo que fizeram e estão fazendo em favor da coletividade para a solução desse problema. Força é convir, no entanto, que esses órgãos não dispõem de recursos suficientes para atender à demanda popular. Por isso mesmo, milhares de interessados aguardam pacientes, a sua vez. A existência de tão grande número de pessoas desejosas de encontrar um meio de construir o seu teto tem provocado a proliferação, entre nós, de pseudos companhias financiadoras, muitas das quais não passam de verdadeiras arapucas armadas com o fito de espoliar as economias dos incautos que as procuram, atraídos por pomposos anúncios.

Acreditamos na existência de empresas idôneas no ramo imobiliário de financiamento de construções, mas, ao seu lado, tudo o que indica, estão surgindo organizações que objetivam somente arrancar, por meio de sedutoras propostas de financiamento de construções a longo prazo, o dinheiro economizado, sabe Deus com que sacrifícios, pelos infelizes que lhes caem nas garras.

A imprensa noticiou, esta semana, o escândalo de uma dessas "empresas de financiamento" que fechou suas portas sem cumprir suas promessas. Suas vitórias correram à polícia pedindo a abertura de inquérito contra a "Safilar — Sociedade Financiadora e Mercantil Polar Ltda.", com escritório à Rua Ma. com, 53 — 6.º andar. Quantas dessas empresas não estarão preparando "estouros" iguais a esse? Como agem essas organizações? O processo, em resumo, é este: pedem ao interessado uma determinada quantia, dez, vinte, trinta, quarenta ou cinquenta mil cruzeiros para as despesas iniciais de contrato, registro, exame das plantas pela Prefeitura municipal etc. etc., devendo o restante da entrada ser pago durante os seis meses da construção. A construção, porém, jamais é iniciada, sempre é protelada por motivos variados até o dia em que o infeliz, cansado de pedir o seu início, descobre que foi vítima de espertalhões.

Repetimos, Sr. Presidente e Srs. deputados que acreditamos na existência de organizações idôneas nesse ramo de atividades. Mas não podemos, de forma alguma, concordar com a existência de arapucas instaladas para furtar o dinheiro das classes trabalhadoras. É preciso haver um saneamento total nesse setor para proteger a economia suada do povo contra a ação criminosa dessas "siderúrgicas".

Com esse objetivo apresentamos à consideração do Plenário, certos de sua aprovação, o seguinte

(Lê) "Requerimento

Sr. Presidente

Requeremos que a Mesa da Assembléia Legislativa oficie ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, pedindo-lhe as seguintes informações:

1 — Quais as medidas tomadas pela Secretaria da Segurança quanto às denúncias que lhe foram feitas sobre as atividades ilícitas desenvolvidas pela SAFILAR — Sociedade Financiadora e Mercantil Polar Ltda. em detrimento da economia popular?

2 — Face ao escândalo dos fictícios financiamentos para a construção de casa própria prometidos por essa empresa, tem a Secretaria da Segurança investigado a idoneidade de outras organizações semelhantes que ultimamente vêm anunciando a concessão de financiamentos a longo prazo para a construção de casa própria?

3 — em caso afirmativo, quais as providências tomadas pela Secretaria da Segurança a fim de impedir que a economia popular venha a sofrer com a ação criminosa dessas empresas inidôneas?

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Realindo Corrêa.

O SR. REALINDO CORRÊA — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, volta à baila, como acontece todos os anos, o debate em torno da Lei do Inquilinato. Prorrogada como vem sendo há vários anos, este fato tem se constituído numa barreira à ganância e à ambição dos proprietários de imóveis.

Felizmente, a Câmara Federal de Deputados nesta questão tem sabido colocar-se ao lado dos interesses do povo. Não houvesse sido prorrogada inúmeras vezes, como o tem sido até agora, e, nesta altura, já estaríamos com os aluguéis em espantosa e desenfreada elevação. Nem outra poderia ser a atitude do Parlamento Nacional, diante das condições precárias que vêm afligindo a economia da maioria absoluta do povo brasileiro.